

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À 18ª EDIÇÃO.....	9
PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO	11
PREFÁCIO À 15ª EDIÇÃO.....	13

INTRODUÇÃO AOS COMENTÁRIOS

1. MÉTODO PARA O ESTUDO DA LEI DE RECUPERAÇÃO E FALÊNCIAS.....	29
1.1 Método para o estudo da Lei de Recuperação e Falências.....	29
1.2 O exame do índice da Lei de Recuperação e Falências.....	30
1.3 O exame dos diversos autos no processo de falência.....	32
1.4 Conclusão	35
2. ASPECTOS HISTÓRICOS DO DIREITO FALIMENTAR BRASILEIRO. VI- SÃO CRÍTICA DA LEI DE RECUPERAÇÃO E FALÊNCIAS.....	37
2.1 Primeiros delineamentos históricos.....	37
2.2 Idade Média.....	38
2.3 O Código Napoleônico e o direito brasileiro	39
2.4 A posição de Diversos Doutrinadores Quando da Promulgação da Lei 11.101/2005	40
2.5 A Lei de Recuperação e Falências, Lei 11.101/2015 (LREF) e a Reforma pela Lei 14.112/2020.....	40

COMENTÁRIOS

LEI 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º.....	51
Art. 2.º.....	54
Art. 3.º.....	57
Art. 4.º (<i>Vetado</i>).....	61

CAPÍTULO II
DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO
JUDICIAL E À FALÊNCIA

SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	62
Art. 5.º	62
Art. 6.º	64
Art. 6.º-A	84
Art. 6.º-B	85
Art. 6.º-C	86
SEÇÃO II – DA VERIFICAÇÃO E DA HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS	87
Art. 7.º	89
Art. 7.º-A	92
Art. 8.º	97
Art. 9.º	99
Art. 10	101
Art. 11	106
Art. 12	106
Art. 13	107
Art. 14	107
Art. 15	108
Art. 16	109
Art. 17	111
Art. 18	112
Art. 19	113
Art. 20	114
SEÇÃO II-A – DAS CONCILIAÇÕES E DAS MEDIAÇÕES ANTECEDENTES OU INCIDENTAIS AOS PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	115
Art. 20-A	115
Art. 20-B	117
Art. 20-C	121
Art. 20-D	121
SEÇÃO III – DO ADMINISTRADOR JUDICIAL E DO COMITÊ DE CREDORES	122
Art. 21	124
Art. 22	126
Art. 23	139
Art. 24	139
Art. 25	144
Art. 26	145
Art. 27	148
Art. 28	150
Art. 29	150
Art. 30	151
Art. 31	152
Art. 32	153

Art. 33	155
Art. 34	156
SEÇÃO IV – DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES.....	156
Art. 35	157
Art. 36	161
Art. 37	162
Art. 38	166
Art. 39	168
Art. 40	173
Art. 41	174
Art. 42	177
Art. 43	177
Art. 44	178
Art. 45	178
Art. 45-A.....	180
Art. 46	181

CAPÍTULO III DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	182
Art. 47	186
Art. 48	187
Art. 48-A.....	198
Art. 49	198
Art. 50	224
Art. 50-A.....	233
SEÇÃO II – DO PEDIDO E DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	236
Art. 51	236
Art. 51-A.....	245
Art. 52	250
SEÇÃO III – DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	257
Art. 53	257
Art. 54	260
SEÇÃO IV – DO PROCEDIMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	262
Art. 55	262
Art. 56	264
Art. 56-A.....	273
Art. 57	275
Art. 58.....	286
Art. 58-A.....	288
Art. 59	289
Art. 60	292
Art. 60-A.....	294
Art. 61	295

Art. 62	298
Art. 63	298
Art. 64	300
Art. 65	302
Art. 66	303
Art. 66-A	306
Art. 67	307
Art. 68	309
Art. 69	309
SEÇÃO IV-A – DO FINANCIAMENTO DO DEVEDOR E DO GRUPO DEVEDOR DURANTE A RECUPERAÇÃO JUDICIAL	310
Art. 69-A	310
Art. 69-B	311
Art. 69-C	312
Art. 69-D	313
Art. 69-E	314
Art. 69-F	314
SEÇÃO IV-B – DA CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E DA CONSOLIDAÇÃO SUBSTAN- CIAL	315
Art. 69-G	315
Art. 69-H	317
Art. 69-I	318
Art. 69-J	319
Art. 69-K	322
Art. 69-L	323
SEÇÃO V – DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	323
Art. 70	325
Art. 70-A	327
Art. 71	327
Art. 72	329

CAPÍTULO IV DA CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA

Art. 73	331
Art. 74	335

CAPÍTULO V DA FALÊNCIA

SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	335
Art. 75	335
Art. 76	340

Art. 77	341
Art. 78	342
Art. 79	343
Art. 80	343
Art. 81	344
Art. 82	347
Art. 82-A	349
SEÇÃO II – DA CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS	351
Art. 83	352
Art. 84	361
SEÇÃO III – DO PEDIDO DE RESTITUIÇÃO	365
Art. 85	366
Art. 86	373
Art. 87	378
Art. 88	380
Art. 89	381
Art. 90	382
Art. 91	382
Art. 92	383
Art. 93	383
SEÇÃO IV – DO PROCEDIMENTO PARA A DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA	386
Art. 94	386
Art. 95	396
Art. 96	397
Art. 97	400
Art. 98	402
Art. 99	406
Art. 100	415
Art. 101	417
SEÇÃO V – DA INABILITAÇÃO EMPRESARIAL, DOS DIREITOS E DEVERES DO FALIDO	417
Art. 102	417
Art. 103	419
Art. 104	420
SEÇÃO VI – DA FALÊNCIA REQUERIDA PELO PRÓPRIO DEVEDOR	424
Art. 105	424
Art. 106	428
Art. 107	428
SEÇÃO VII – DA ARRECADAÇÃO E DA CUSTÓDIA DOS BENS	428
Art. 108	428
Art. 109	431
Art. 110	431
Art. 111	433

Art. 112	433
Art. 113	434
Art. 114	434
Art. 114-A	435
SEÇÃO VIII – DOS EFEITOS DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA SOBRE AS OBRIGAÇÕES DO DEVEDOR.....	
Art. 115	437
Art. 116	437
Art. 117	438
Art. 118	441
Art. 119	442
Art. 120	446
Art. 121	447
Art. 122	448
Art. 123	449
Art. 124	452
Art. 125	453
Art. 126	453
Art. 127	454
Art. 128	455
SEÇÃO IX – DA INEFICÁCIA E DA REVOGAÇÃO DE ATOS PRATICADOS ANTES DA FALÊNCIA.....	
Art. 129	456
Art. 130	457
Art. 131	464
Art. 132	466
Art. 133	467
Art. 134	469
Art. 135	471
Art. 136	471
Art. 137	472
Art. 138	475
Art. 139	475
Art. 140	476
Art. 141	478
Art. 142	482
Art. 143	487
Art. 144	489
Art. 144-A	489
Art. 145	490
Art. 146	491
Art. 147	492
Art. 148	492
SEÇÃO X – DA REALIZAÇÃO DO ATIVO	
Art. 139	475
Art. 140	476
Art. 141	478
Art. 142	482
Art. 143	487
Art. 144	489
Art. 144-A	489
Art. 145	490
Art. 146	491
Art. 147	492
Art. 148	492

SEÇÃO XI – DO PAGAMENTO AOS CREDORES	492
Art. 149	494
Art. 150	496
Art. 151	497
Art. 152	498
Art. 153	499

SEÇÃO XII – DO ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA E DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO	500
Art. 154	500
Art. 155	503
Art. 156	503
Art. 157	506
Art. 158	506
Art. 159	508
Art. 159-A	510
Art. 160	510

CAPÍTULO VI DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Art. 161	514
Art. 162	519
Art. 163	520
Art. 164	525
Art. 165	529
Art. 166	529
Art. 167	530

CAPÍTULO VI-A DA INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL

SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	541
Art. 167-A	541
Art. 167-B	545
Art. 167-C	547
Art. 167-D	548
Art. 167-E	550
SEÇÃO II – DO ACESSO À JURISDIÇÃO BRASILEIRA	550
Art. 167-F	550
Art. 167-G	552
SEÇÃO III – DO RECONHECIMENTO DE PROCESSOS ESTRANGEIROS	554
Art. 167-H	554
Art. 167-I	555
Art. 167-J	555
Art. 167-K	559
Art. 167-L	559

Art. 167-M.....	560
Art. 167-N	561
Art. 167-O	564
SEÇÃO IV – DA COOPERAÇÃO COM AUTORIDADES E REPRESENTANTES ESTRAN- GEIROS.....	565
Art. 167-P	565
Art. 167-Q	567
SEÇÃO V – DOS PROCESSOS CONCORRENTES.....	568
Art. 167-R.....	568
Art. 167-S.....	568
Art. 167-T	570
Art. 167-U	571
Art. 167-V.....	571
Art. 167-W	572
Art. 167-X.....	572
Art. 167-Y.....	572

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES PENAIS

SEÇÃO I – DOS CRIMES EM ESPÉCIE	574
Art. 168	580
Art. 169	584
Art. 170	584
Art. 171	586
Art. 172	589
Art. 173	592
Art. 174	595
Art. 175	596
Art. 176	599
Art. 177	600
Art. 178	603
SEÇÃO II – DISPOSIÇÕES COMUNS	606
Art. 179	606
Art. 180	608
Art. 181	608
Art. 182	611
SEÇÃO III – DO PROCEDIMENTO PENAL	612
Art. 183	612
Art. 184	614
Art. 185	616
Art. 186	616
Art. 187	616
Art. 188	618

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 189	619
Art. 189-A.....	621
Art. 190	621
Art. 191	622
Art. 192	623
Art. 193	626
Art. 193-A.....	626
Art. 194	627
Art. 195	628
Art. 196	628
Art. 197	629
Art. 198	630
Art. 199	630
Art. 200	632
Art. 201	632
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	635
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	647
OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	675